

REAFIRMAR A LUTA PELAS 35 HORAS!

DENUNCIAR A INCOMPETÊNCIA, A DESONESTIDADE, O COMPADRIO E A INCONGRUÊNCIA DE UMA LEI DE IMPOSIÇÃO PRÓPRIA DE DITADORES

O STAL repudia a atitude concertada entre o Secretário de Estado da Administração Pública e o SINTAP de promoção da discriminação de trabalhadores em função da sua filiação sindical, atentando gravemente sobre os seus direitos e contra a Lei Fundamental.

O Secretário de Estado da Administração Pública, de forma absolutamente demagógica, veio divulgar, na passada terça-feira, um esclarecimento sobre a Lei 68/2013, desdizendo tudo o que foi dito até aqui, nomeadamente sobre a imposição de 40 horas semanais e da sobreposição daquela lei a quaisquer leis especiais ou Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho!

Poderia concluir-se, se estivéssemos a tratar de um governo de boa-fé, que respeitaria e garantiria o direito à contratação colectiva, ao abrigo da Constituição da República Portuguesa e em função da livre vontade das partes contratantes, o que é uma grande mentira, atendendo a que ao STAL tem sido negado esse direito na negociação de Acordos Colectivos de Entidade Empregadora Pública, não porque esses acordos contenham ilegalidades, mas sim porque o governo insiste em querer interferir na autonomia do Poder Local Democrático!

PARA O STAL ESTÁ CLARO QUE O OSCURO OBJECTIVO DO GOVERNO É A DISCRIMINAÇÃO E A DIVISÃO DOS TRABALHADORES, EM FUNÇÃO DA SUA FILIAÇÃO SINDICAL.

O dito esclarecimento, visa apenas proteger aqueles que têm pactuado com essa ingerência, como sucede com o SINTAP, que, em conluio com o governo, tem celebrado diversos acordos, pelo que aquele esclarecimento surge como uma espécie de benesse, visando acentuar a discriminação dos trabalhadores, favorecendo uns em detrimento de outros!

Assim, a nota de esclarecimento do SEAP tem de facto uma intenção inicial ou pós-eleitoral, desonestamente, segregar os trabalhadores em função da sua filiação sindical, o que constitui um intolerável procedimento, ofensivo da Constituição da República, recompensando os que fazem fretes ao governo, mantendo para eles horários de trabalho que os trabalhadores conquistaram há longos anos, através da luta que o STAL sempre encabeçou mas onde o SINTAP esteve sempre ausente.

**PELA DEFESA DA TRANSPARÊNCIA,
DA LEGALIDADE E DA DEMOCRACIA.**

CGTP
INTER-SINDICAL NACIONAL



DIS/N.º 25/OUT 2013

**DESPUDOR E CONLUIO
ENTRE GOVERNO E SINTAP
GERAM CONFUSÃO!**



No mesmo dia em que o Secretário de Estado divulga o dito "esclarecimento", várias autarquias divulgaram informações internas permitindo que os associados do SINTAP saíssem uma hora mais cedo, enquanto que os filiados no STAL teriam de permanecer no serviço durante mais uma hora, procedimento que revela um despudor inadmissível e põe a nu os verdadeiros objectivos de quem apenas pretende dividir os trabalhadores e tentar destruir o STAL, enquanto Associação Sindical que sempre esteve na primeira fila da luta pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores!

Seria possível maior exemplo de conluio e guisado apodrecido, de desonestidade política e não só ?

**URGE COMBATER A ATITUDE DE AUTARCAS
QUE, EM CONLUIO COM O GOVERNO E O
SINTAP ESTÃO A ADOPTAR O MESMO
PROCEDIMENTO DE SEGREGAÇÃO DE
TRABALHADORES!**

O STAL repudia o comportamento deste "Srs." Autarcas (senhores, entre aspas como é evidente) e não compreende como é possível gerir situações em que trabalhadores com as mesmas funções (às vezes no exterior), em que muitas vezes dependem uns dos outros na execução do trabalho, tenham horários diferentes, decorrentes de informações internas feitas "à pressa".

De facto, não é só desonestidade política e conluio, é também uma palhaçada que desacredita em muito a sua condição de autarcas.

O STAL reafirma a continuação da luta em defesa das 35 horas e lança um apelo a todos os órgãos de soberania, incluindo o Presidente da República, a Assembleia da República, o Provedor de Justiça, o Procurador-Geral da República e o Tribunal Constitucional para a urgência de pôr fim ao desvario político deste Governo e da sua utilização da maioria para legislar sem vergonha.